DIREITO PENAL E CRIMES CIBERNÉTICOS
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação EAD em Direito Penal E Crimes Cibernéticos foi idealizado, objetivando atender a uma enorme demanda existente na área de Segurança da Tecnologia, em tempos de mudanças científicas, econômicas e sociais, pelas quais passa o Brasil.

Por conta disso, o curso de Direito Penal E Crimes Cibernéticos se destina à formação de profissionais capacitados para atuar fomentando projetos/programas de prevenção aos crimes cibernéticos, em órgãos públicos e instituições privadas. É voltado para a formação de profissionais das Forças Policiais, tais como: Policiais Militares, Policiais Civis, Policiais Rodoviários, Guardas Municipais, membros dos ministérios e das secretarias de segurança, dentre outros.

Portanto, o curso visa proporcionar ao participante a capacitação profissional necessária para atuação em consultorias e assessorias imobiliárias especializadas, nas áreas cível, administrativa e penal, em processos administrativos e judiciais, habilitando-o também a ministrar aulas e palestras em empresas, organizações e cursos superiores.

Nesse sentido, exige-se a qualificação dos profissionais à segurança pública e perícia criminal, deve sustentar-se em novos fundamentos e constituir-se fator de liderança do processo de desenvolvimento humano e de formação para a cidadania.

OBJETIVO

Promover a capacitação de bacharéis em Direito e profissionais em áreas que se relacionem diretamente ao exercício de funções ou atividades ligadas à Direito Penal E Crimes Cibernéticos, objetivando o desenvolvimento da Ciência Jurídica e da interação com a sociedade, bem como, desenvolver habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área do Direito Penal E Crimes Cibernéticos.

METODOLOGIA

Concebe o curso de Especialização em Direito Penal E Crimes Cibernéticos, numa perspectiva de Educação a Distância – EAD, visando contribuir para a qualificação de profissionais que atuam ou pretendem atuar na área, numa abordagem sócio-histórica que se fundamenta em uma perspectiva mais ampla da sociedade e sua relação com o trabalho.

Código	Disciplina	Carga Horária
4949	Arbitragem e Mediação de Conflitos	60

APRESENTAÇÃO

Métodos extrajudiciais de resolução de conflitos. Cultura do litígio. Cultura da paz. Métodos Heterocompositivos. Negociação. Conciliação. Arbitragem. Princípios da Mediação. O papel do Mediador e do conciliador. O papel do advogado na sessão de mediação/conciliação. Técnicas para a mediação, a negociação e a arbitragem. Diferenças e semelhanças entre mediação e conciliação. Teoria Geral da Arbitragem. Processo de Mediação. Mediação familiar. Arbitragem no Brasil.

OBJETIVO GERAL

No mundo empresarial o conflito faz parte de qualquer cultura organizacional, sendo uma das maiores preocupações dos gestores as suas mediações, seja internamente, ou seja externamente, com fornecedores ou sindicatos. O objetivo desse curso é que o egresso tenha capacidade de mediar conflitos onde ele será um facilitador de um diálogo entre as partes e poderá arbitrar um conflito onde irá apresentar a solução.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Estudar e aplicar os conceitos de conflitos no âmbito jurídico e organizacional.
- Analisar os preceitos básicos acerca da jurisdição, arbitragem e negociação, conciliação e mediação.
- Compreender a importância do mediador na resolução de conflitos e aplicar os princípios básicos no seu exercício.
- Compreender a importância da arbitragem e suas aplicações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – CONFLITOS JUDICIAIS, UMA VISÃO ATUAL
DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS CONFLITOS JUDICIAIS
FUNCIONAMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL
RELAÇÃO ENTRE CRISE DO JUDICIÁRIO E A IMPLEMENTAÇÃO DO NCPC
ASPECTOS ESPECÍFICOS DA TEORIA DOS JOGOS

UNIDADE II – FUNDAMENTOS DA ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO
ASPECTOS GERAIS ACERCA DA JURISDIÇÃO
OS PRINCIPAIS ASPECTOS SOBRE A ARBITRAGEM E A NEGOCIAÇÃO
CONCILIAÇÃO: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS
ASPECTOS GERAIS SOBRE A MEDIAÇÃO

UNIDADE III – MEDIAÇÃO EM CONFLITOS
DEFINIÇÕES E DETALHAMENTO DOS PRINCÍPIOS DA MEDIAÇÃO
O PAPEL DO MEDIADOR E DO ADVOGADO NA MEDIAÇÃO
PROCEDIMENTOS E REGRAS DA SESSÃO DE MEDIAÇÃO
A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO FAMILIAR

UNIDADE IV – ARBITRAGEM
HISTÓRICO GERAL DA ARBITRAGEM
IMPORTÂNCIA E O EXERCÍCIO DO PAPEL DO ÁRBITRO
SESSÃO DE ARBITRAGEM: IMPACTOS E PROCEDIMENTOS
ASPECTOS ESPECÍFICOS DA TEORIA GERAL DA ARBITRAGEM

REFERÊNCIA BÁSICA

AZEVEDO, A. G. (Org.). **Manual de mediação judicial**, 2009. (Brasília/DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD).

GABBAY, D. M.; FALECK, D.; TARTUCE, F. **Meios alternativos de solução de conflitos**. Rio de Janeiro. FGV.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MORAIS, J. L; MARION SPENLGER, F. **Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição.** Porto Alegre: Livraria do Advogado.

PERIÓDICOS

PELUSO, A. C. (Org.). **Conciliação e mediação: estruturação da política judiciária nacional.** São Paulo: Atlas, 2011

4980	**Escrita Fiscal e Legislação Tributária**	**60**

APRESENTAÇÃO

Princípios tributários. Organização tributária no Brasil. Regimes de tributação optativos das empresas. CTN - Código Tributário Nacional. Impostos municipais. Impostos estaduais. Impostos federais. NF-e (nota fiscal eletrônica). CT-e (conhecimento de transporte eletrônico). Apuração e contabilização do ICMS. Escrituração de livros contábeis e fiscais. Obrigações tributárias. Política fiscal. Processo administrativo fiscal. Parcelamento de débitos tributários.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo capacitar estudantes e profissionais de diversas áreas como contabilidade, administração e direito, a aplicar técnicas e procedimentos para a escrituração contábil e fiscal de tributos nas diversas operações mercantis.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aplicar os princípios, organização e regimes tributários.
- Conhecer a classificação do regime tributário brasileiro e identificar os principais impostos.
- Compreender o regime tributário, interpretar lucro real e lucro presumido.
- Identificar os principais impostos municipais, estaduais e federais, suas particularidades e formas de cálculo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – PRINCÍPIOS, ORGANIZAÇÃO E REGIMES TRIBUTÁRIOS
INTRODUÇÃO À ESCRITA FISCAL E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS
ORGANIZAÇÃO TRIBUTÁRIA NO BRASIL
REGIMES DE TRIBUTAÇÃO OPTATIVOS DAS EMPRESAS

UNIDADE II – CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL
CTN – CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL
IMPOSTOS MUNICIPAIS

IMPOSTOS ESTADUAIS
IMPOSTOS FEDERAIS

UNIDADE III – EMISSÃO E ESCRITURAÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS
NF-E (NOTA FISCAL ELETRÔNICA)
CT-E (CONHECIMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO)
APURAÇÃO E CONTABILIZAÇÃO DO ICMS
ESCRITURAÇÃO DE LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS

UNIDADE IV – POLÍTICA FISCAL E OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
POLÍTICA FISCAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

REFERÊNCIA BÁSICA

COÊLHO, S. C. N. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. 10ª Edição, Forense, 2009
image not found or type unknown
MELLO, C. A. B. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2008

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MOREIRA, J. B. **Contribuição de melhoria**: tratado de Direito Tributário, vol. VIII. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

PERIÓDICOS

SCHOUERI, L. E. **Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva. 2015.

4839	**Introdução à Ead**	**60**

APRESENTAÇÃO

Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação a distância. Ambientes virtuais de aprendizagem. Histórico da Educação a Distância. Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem apoiados pela Internet.

OBJETIVO GERAL

Aprender a lidar com as tecnologias e, sobretudo, com o processo de autoaprendizagem, que envolve disciplina e perseverança.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar e entender EAD e TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), Ambiente virtual de ensino e Aprendizagem, Ferramentas para navegação na internet.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – AMBIENTAÇÃO NA APRENDIZAGEM VIRTUAL
PRINCIPAIS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
GERENCIAMENTO DOS ESTUDOS NA MODALIDADE EAD
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
RECURSOS VARIADOS QUE AUXILIAM NOS ESTUDOS

UNIDADE II – APRIMORANDO A LEITURA PARA A AUTOAPRENDIZAGEM
A LEITURA E SEUS ESTÁGIOS
OS ESTÁGIOS DA LEITURA NOS ESTUDOS
ANÁLISE DE TEXTOS
ELABORAÇÃO DE SÍNTESES

UNIDADE III – APRIMORANDO O RACIOCÍNIO PARA A AUTOAPRENDIZAGEM
O RACIOCÍNIO DEDUTIVO
O RACIOCÍNIO INDUTIVO
O RACIOCÍNIO ABDUTIVO
A ASSOCIAÇÃO LÓGICA

UNIDADE IV – FERRAMENTAS DE PRODUTIVIDADE PARA A EAD
INTERNET E MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS
COMO TRABALHAR COM PROCESSADOR DE TEXTO?
COMO FAZER APRESENTAÇÃO DE SLIDES?
COMO TRABALHAR COM PLANILHAS DE CÁLCULO?

REFERÊNCIA BÁSICA

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Sílvia C. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. **Educação a Distância e as Novas Modalidades de Ensino**. Editora TeleSapiens, 2020.

MACHADO, Gariella E. **Educação e Tecnologias**. Editora TeleSapiens, 2020.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DUARTE, Iria H. Q. **Fundamentos da Educação**. Editora TeleSapiens, 2020.

DA SILVA, Jessica L. D.; DIPP, Marcelo D. **Sistemas e Multimídia**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

DA SILVA, Andréa C. P.; KUCKEL, Tatiane. **Produção de Conteúdos para EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

4970	**Direito da Propriedade Intelectual**	**60**

APRESENTAÇÃO

Conceitos e fundamentos sobre a propriedade privada de bens imateriais. Conceito de autoria e o direito autoral. Propriedade industrial versus direito autoral. A exclusividade em normas institucionalizadas. Tratados internacionais: OMPI e TRIPs (OMC). Conceito de patente. Conceito de marca. Conceito de desenhos industriais. Repressão e penalidades à concorrência desleal. Licenças compulsórias. Contrafação de marcas. Jurisprudências importantes sobre disputas no campo do direito de propriedade intelectual. Processos de registro de marcas e patentes no Brasil. Processos de registro de marcas e patentes internacionais. Lei de Inovação. Lei de Cultivares.

OBJETIVO GERAL

O conhecimento abordado neste componente curricular serve para advogados, juristas, engenheiros e demais profissionais que lidam com a invenção de artefatos e criação de marcas, proporcionando uma visão bastante ampla do direito da propriedade intelectual, uma expertise cada vez mais requisitada em um mundo globalizado, onde a inovação e a disrupção são as palavras de ordem na nova economia.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Capacitar para discernir sobre os conceitos fundamentais da propriedade privada dos bens imateriais.
- Diferenciar propriedade industrial do direito autoral.
- Compreender os conceitos e ritos processuais para registro de marcas, patentes e desenhos industriais no Brasil e no mundo.
- Conhecer as ações administrativas e judiciais envolvendo marcas e patentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

A PROPRIEDADE PRIVADA E OS BENS IMATERIAIS

AUTORIA E O DIREITO AUTORAL

PROPRIEDADE INDUSTRIAL VERSUS DIREITO AUTORAL

A EXCLUSIVIDADE EM NORMAS INSTITUCIONALIZADAS

UNIDADE II – REGISTRO DE MARCAS, PATENTES E DESENHOS INDUSTRIAIS NO BRASIL E NO MUNDO

TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE MARCAS E PATENTES

CONCEITO DE PATENTE

CONCEITO DE MARCA

CONCEITO DE DESENHOS INDUSTRIAIS

UNIDADE III – AÇÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS ENVOLVENDO MARCAS E PATENTES

CONCORRÊNCIA DESLEAL: REPRESSÃO E PENALIDADES

LICENÇAS COMPULSÓRIAS

CONTRATAÇÃO DE MARCAS DE TERCEIROS

DISPUTAS E BATALHAS HISTÓRICAS NO CAMPO DO DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

UNIDADE IV – O CENÁRIO BRASILEIRO QUANTO AO PROCESSO DE MARCAS E PATENTES E INOVAÇÃO

REGISTRO DE MARCAS E PATENTES NO BRASIL

REGISTRO DE MARCAS E PATENTES INTERNACIONAIS

LEI DE INOVAÇÃO

LEI DE CULTIVARES

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei federal 13.105 de 16 de março de 2015. Institui o Novo Código de Processo Civil** . Diário Oficial da União, Brasília, 16 de março de 2015.

BRASIL. **Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARBOSA. Cláudio R. **Propriedade Intelectual: Introdução à propriedade Intelectual como Informação**. Rio de Janeiro. Elsevier Editora Ltda. 2009.

VERDE, Lucas Henrique Lima e MIRANDA, João Irineu de Resende. **O futuro da propriedade intelectual no Brasil**. Porto Alegre. Editora Fi. 2019.

PERIÓDICOS

WACHOWICZ, Marcos. **Estudos de Direito da Propriedade Intelectual**. Curitiba. Gedai Publicações. 2015.

4967	**Direito Digital**	**60**

APRESENTAÇÃO

Sociedade da informação. Globalização. Ciberespaço. Domínio Público Internacional. Domínio do ciberespaço. Deep Web. Camadas da Internet. Cibercrimes. Espécies de cibercrime. Ciberterrorismo. Ciberespionagem. Administração e controle do ciberespaço. Modalidades. Militarização e desmilitarização. Copyright. Direito digital no Brasil. Lei dos crimes informáticos. Marco civil da Internet. Código de Processo

Civil de 2015. Lei Geral de Proteção de dados.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo capacitar o estudante ou profissional de direito e áreas afins a aplicar os conceitos, princípios e legislação às diversas situações em que uma pessoa física ou jurídica possa se encontrar acerca do mundo digital.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Conhecer o mundo digital e a sociedade da informação em que estamos inseridos.
- Analisar as características do ciberespaço e as possíveis formas de controle.
- Assimilar o universo Deep Web e suas camadas.
- Entender cibercrimes e ciberterrorismo, suas formas e legislações vigentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – CONHECENDO O MUNDO DIGITAL
A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
O CIBERESPAÇO
O DOMÍNIO DO CIBERESPAÇO
A DEEP WEB

UNIDADE II – CRIMES CIBERNÉTICOS
CIBERCRIME: O GÊNERO
ESPÉCIES DO CYBERCRIME
CIBERTERRORISMO
CIBERESPIONAGEM

UNIDADE III – COPYRIGHT E O CONTROLE DO MUNDO DIGITAL
DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DO CIBERESPAÇO
MODALIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DO CIBERESPAÇO
MILITARIZAÇÃO E DESMILITARIZAÇÃO DO CIBERESPAÇO
COPYRIGHT NO MUNDO DIGITAL

UNIDADE IV – LEGISLAÇÃO E MARCOS LEGAIS DO MUNDO DIGITAL
LEI DOS CRIMES INFORMÁTICOS
MARCO CIVIL DA INTERNET
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

REFERÊNCIA BÁSICA

BARLOW, J. P.?**Declaração de Independência do Ciberespaço.?**1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/ciber/textos/barlow.htm.

BARONE, V.?**Group claiming to represent Tehran hacks obscure federal website**. 2020. New York Post. Disponível em: https://nypost.com/2020/01/05/iran-attacks-group-claiming-to-represent-tehran-hacks-obscure-federal-website/.

BERGER, J. M. How ISIS Games Twitter: The militant group that conquered northern Iraq is deploying a sophisticated social-media strategy.. 2014. **The Atlantic, Global**.. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2014/06/isis-iraq-twitter-social-media-strategy/372856/>.

BERGMAN, M.K. White paper: the deep we surfacing hidden value.?Journal of Eletronic Publishing,?v.7, n.1, 2001. Available from: <http://dx.doi.org/10.3998/3336451.0007.104>.
???
BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil..?**Marco Civil da Internet**. Brasília, DF, 23 abr. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm.

CIANCAGLINI, V. et al.?Deepweb and Cybercrime:?It's not all about TOR. 2013. **A Trend Micro Research Paper**. Disponível em: <https://www.trendmicro.ae/media/wp/deepweb-and-cybercrime-whitepaper-en.pdf>.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DEEP Web e Dark Web. Direção de Estudio 42. Intérpretes: Átila Iamarino. Roteiro: Átila Iamarino e Paulo Silveira. 2016. (6 min.), Youtube, son., color. Disponível em: https://youtu.be/yeLjR6XekGc.

DELLA VALLE, J. **Lei Carolina Dieckmann entra em vigor nesta terça feira**: a partir de hoje, invasão de computadores e outros dispositivos eletrônicos pode render pena de até dois anos de reclusão e multa. : A partir de hoje, invasão de computadores e outros dispositivos eletrônicos pode render pena de até dois anos de reclusão e multa.?**Veja.?**[s.l.], 02 abr. 2013. Tecnologia, p. 1-1. Disponível em: https://veja.abril.com.br/tecnologia/lei-carolina-dieckmann-entra-em-vigor-nesta-terca-feira/.

EICHENSEHR, K. **The Cyber-Law of Nations** (January 8, 2014). 103 Geo. L.J. 317 (2015).. Disponível em SSRN:?https://ssrn.com/abstract=2447683

PERIÓDICOS

ELIEZER, C. R.; GARCIA, T. de P. **O novo crime de invasão de dispositivo informático**.?Curso Direito Unifor, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 69-87, 23 maio 2014. Semestral. Disponível em: https://periodicos.uniformg.edu.br:21011/ojs/index.php/cursodireitouniformg/article/view/242.

5307	**Lei Geral De Proteção De Dados Pessoais**	**60**

APRESENTAÇÃO

A evolução da proteção de dados pessoais no direito brasileiro. Fundamentos legais. Princípios gerais da proteção de dados pessoais. O objeto e o alcance da Lei Nº 13.709/2018. Requisitos do tratamento de dados e seus agentes. Tratamento de dados sensíveis. Tratamento de dados pelo Poder Público. Transferência internacional de dados pessoais. A obrigatoriedade de consentimento. Direito de acesso. Anonimização, bloqueio e eliminação de dados. Segurança e sigilo. A responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Fiscalização. Boas práticas e governança. Sanções administrativas.

OBJETIVO GERAL

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, sancionada em 2018 e vigente a partir de agosto de 2020, representa um enorme avanço legislativo para a proteção e privacidade de dados pessoais no Brasil, uma vez que regulamenta os procedimentos de tratamento e os direitos dos titulares dos dados. Desse modo, o conteúdo em tela busca elucidar os principais aspectos da legislação, retratando seus conceitos, fundamentos e aplicabilidade prática nas várias transações do mercado digital.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender a legislação atinente à proteção dos dados pessoais no contexto histórico.
- Identificar os fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- Conceituar os princípios que regem a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- Discernir sobre o raio de aplicação e o objeto da LGPD.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – NOÇÕES PRELIMINARES DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A evolução da proteção de dados pessoais no direito brasileiro

Fundamentos legais da LGPD

Princípios gerais da proteção de dados pessoais

O objeto e o alcance da Lei Nº 13.709/2018

UNIDADE II – TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Requisitos do tratamento de dados e seus agentes

Tratamento de dados sensíveis

Tratamento de dados pelo Poder Público

Transferência internacional de dados pessoais

UNIDADE III – OS DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

A obrigatoriedade de consentimento

Direito de acesso

Anonimização, bloqueio e eliminação de dados

Segurança e sigilo

UNIDADE IV – RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES DE TRATAMENTO

A responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Fiscalização

Boas práticas e governança

Sanções administrativas

REFERÊNCIA BÁSICA

BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento. 2. ed. rev. atual. e reform. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

BLUM, Renato Opice. LÓPEZ, Nuria. Lei Geral de Proteção de Dados no setor público: transparência e fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Cadernos Jurídicos, São Paulo, v. 21, n. 53, p. 171-178, jan./mar. 2020.

BORELLI, Alessandra. O tratamento de dados de crianças e adolescentes no âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados brasileira. Cadernos Jurídicos, São Paulo, v. 21, n. 53, p. 179-190, jan./mar. 2020;

DERBLI, Ludimila Santos. O transplante jurídico do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia ("GDPR") para o Direito brasileiro. Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação da Câmara dos Deputados, Brasília, v. 12, n. 30, p. 181-193, set./dez. 2019;

NASCIMENTO, Juliana Oliveira. Proteção de dados: integridade, governança e riscos em segurança e privacidade no Brasil. Governança Pública, Curitiba, p. 09-10, maio/jul. 2019;

RIHL, Rubens. A Autoridade nacional de proteção de dados: evolução legislativa, composição e atuação. Cadernos Jurídicos, São Paulo, v. 21, n. 53, p. 117-128, jan./mar. 2020;

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

TASSO, Fernando Antonio. A responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados e sua interface com o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor. Cadernos Jurídicos, São Paulo, v. 21, n. 53, p. 97-115, jan./mar. 2020.

PERIÓDICOS

MELO, Milena Barbosa. Lei geral de proteção de dados. Recife: Telesapiens, 2021

4973	**Direito Tributário**	**60**

APRESENTAÇÃO

Normas gerais do direito tributário, código tributário nacional, competência tributária. Receitas públicas e tributos, ilícito tributário. Contencioso administrativo tributário.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo capacitar o estudante ou profissional da área jurídica a entender e aplicar o direito tributário nas organizações.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender e aplicar os fundamentos do direito tributário, aspectos legais de ordem econômica e financeira.
- Definir tributos e a administração tributária.
- Conhecer e interpretar os princípios de ilícito e punibilidade na esfera tributária.
- Explicar o contencioso tributário, administrativo e judicial tributário e interpretar princípios jurídicos do direito processual tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO
NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DO DIREITO TRIBUTÁRIO
ASPECTOS LEGAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO
LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR
LIMITAÇÕES, PODERES E ATRIBUIÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

UNIDADE II – TRIBUTOS E A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
TRIBUTOS: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO
IMPOSTOS E TAXAS
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
OBRIGAÇÃO, CRÉDITO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

UNIDADE III – ILÍCITO E PUNIBILIDADE NA ESFERA TRIBUTÁRIA
PUNIBILIDADE NO DIREITO TRIBUTÁRIO
INFRAÇÃO TRIBUTÁRIA: CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS
ILÍCITO PENAL FISCAL: CONCEITO E ESPÉCIES
SANÇÕES

UNIDADE IV – AÇÕES JUDICIAIS NA ESFERA TRIBUTÁRIA
CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO
PRINCÍPIOS JURÍDICOS DO DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONTENCIOSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEXANDRE, R. **Direito Tributário Esquematizado**, 4ª Ed. Editora: Método, Ano: 2010.

ALEXANDRE, R. **Direito tributário** - 11. ed. Rev. atual. e amp1. - Salvador - Ed. JusPodivm, 2017.

AMADO, A. N. S., **Ilícito Tributário: Conceito e espécies**. Jus Navigandi. Publicado em 09/2014. Acesso em: https://jus.com.br/artigos/32356.

AMARO, L. **Direito Tributário**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ATALIBA, G. **Apontamentos de Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Tributário**, São Paulo: RT, 1969.

?BRASIL.**?Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Consulta. Orçamento. Glossário. Exercício Financeiro**. Disponível em < https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/exercicio-financeiro>

BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de Março de 1964. Estatui Normais Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos Estados, dos Municípios, e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 04 de Maio de 1694. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>

BRASIL. **Lei nº 5.172**, de 25 de outubro de 1966. Institui o Código Tributário Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 27 out. 1966. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>

CARNELUTTI, F. **Sistema de Direito Processual Civil**, tradução de Hiltomar Martins Oliveira, São Paulo: Classicbook, 2000, v. 1.

CARVALHO, P. B. **Curso de Direito Tributário**. 14ª ed. Ver. São Paulo: Saraiva. 2011.

CASSONE, V. **Direito tributário**. - 28. ed. – São Paulo : Atlas, 2018.

DINAMARCO, C. R. **Instituições de Direito Processual Civil**, 3. ed., São Paulo: Malheiros, 2003, v. 1;

HARADA, K. **Direito Financeiro e Tributário**. – 27. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018.

MACHADO, H. B. **Processo tributário** /. – 10. ed. rev e atual. – São Paulo : Atlas, 2018;

MARTINS, I. G. da S.**?Limites constitucionais às contribuições no domínio econômico**. Artigo publicado no site?www.haradaadvogados.com.br>

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 20ª edição atualizada. Malheiros: São Paulo, 1990;

NOVAIS, R. **Direito tributário facilitado**. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

PONTES DE MIRANDA, **Comentários ao Código de Processo Civil**, 5. ed., atualizada por Sérgio Bermudes, Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 78; Comentários à Constituição de 1967, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967;

SABBAG, E. **Direito tributário essencial**. – 6. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

Supremo Tribunal Federal – Segunda Turma. **Recurso Extraordinário 137689 PE**. Relator: Min. Néri da Silveira. Data de Julgamento 20/09/1994. Vol. 01791-04 PP-00825. Diário Oficial da Justiça 16/06/1995.

Supremo Tribunal Federal **–** Tribunal Pleno. **Recurso Extraordinário Nº. 138284-8 CE**. Rel. Min. Carlos Velloso. Data de Julgamento 01/07/1992.

PERIÓDICOS

TRF5 – Quarta Turma. **APELAÇÃO CÍVEL: AC 468268 CE 0012473-79.2006.4.05.8100**. Relator Desembargador Federal José Baptista de Almeida Filho. Data de Publicação: DJe 29/01/2010, p. 630. Disponível em: <https://www4.trf5.jus.br/Jurisprudencia/JurisServlet?op=exibir&tipo=1>

VILANOVA, L. **Causalidade e Relação no Direito**. 4ª ed. Ver, atual. E ampl. São Paulo. Revista dos tribunais. Publicação 2000.

4847	**Pensamento Científico**	**60**

APRESENTAÇÃO

A ciência e os tipos de conhecimento. A ciência e os seus métodos. A importância da pesquisa científica. Desafios da ciência e a ética na produção científica. A leitura do texto teórico. Resumo. Fichamento. Resenha. Como planejar a pesquisa científica. Como elaborar o projeto de pesquisa. Quais são os tipos e as técnicas de pesquisa. Como elaborar um relatório de pesquisa. Tipos de trabalhos científicos. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas das ABNT para Citação. Normas da ABNT para Referências.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o estudante, pesquisador e profissional a ler, interpretar e elaborar trabalhos científicos, compreendendo a filosofia e os princípios da ciência, habilitando-se ainda a desenvolver projetos de pesquisa.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender a importância do Método para a construção do Conhecimento.
- Compreender a evolução da Ciência.
- Distinguir os tipos de conhecimentos (Científico, religioso, filosófico e prático).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INICIAÇÃO CIENTÍFICA
A CIÊNCIA E OS TIPOS DE CONHECIMENTO
A CIÊNCIA E OS SEUS MÉTODOS
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA
DESAFIOS DA CIÊNCIA E A ÉTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

UNIDADE II – TÉCNICAS DE LEITURA, RESUMO E FICHAMENTO
A LEITURA DO TEXTO TEÓRICO
RESUMO
FICHAMENTO
RESENHA

UNIDADE III – PROJETOS DE PESQUISA
COMO PLANEJAR A PESQUISA CIENTÍFICA?
COMO ELABORAR O PROJETO DE PESQUISA?
QUAIS SÃO OS TIPOS E AS TÉCNICAS DE PESQUISA?
COMO ELABORAR UM RELATÓRIO DE PESQUISA?

UNIDADE IV – TRABALHOS CIENTÍFICOS E AS NORMAS DA ABNT
TIPOS DE TRABALHOS CIENTÍFICOS
APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS
NORMAS DAS ABNT PARA CITAÇÃO
NORMAS DA ABNT PARA REFERÊNCIAS

REFERÊNCIA BÁSICA

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

VALENTIM NETO, Adauto J.; MACIEL, Dayanna dos S. C. **Estatística Básica**. Editora TeleSapiens, 2020.

FÉLIX, Rafaela. **Português Instrumental**. Editora TeleSapiens, 2019.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Silvia Cristina. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

OLIVEIRA, Gustavo S. **Análise e Pesquisa de Mercado**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

CREVELIN, Fernanda. **Oficina de Textos em Português**. Editora TeleSapiens, 2020.

DE SOUZA, Guilherme G. **Gestão de Projetos**. Editora TeleSapiens, 2020.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Busca por meio desse exercício beneficiar a experiência e promover o desenvolvimento, no campo profissional, dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso, bem como, favorecer por meio de diversos espaços educacionais, a ampliação do universo cultural dos acadêmicos, futuros profissionais.